

Formação de psicólogos, currículos e subjetividade¹

Tania Ribeiro Catharino²

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Universidade Gama Filho

Secretaria do Estado de Saúde - RJ

Resumo

Este trabalho se propõe a pensar a formação de psicólogos. Para tanto, analisamos o trabalho pedagógico em seu aspecto produtivo como *política de subjetividades*, desvendando-o mediante uma pesquisa evidenciadora do processo pelo qual o currículo se realiza em sala de aula. Desenvolvemos um estudo de caso em duas faculdades de Psicologia – uma pública e outra privada – do Rio de Janeiro. Utilizamos como principal instrumento a entrevista aberta com professores e alunos, servindo-nos da categoria *produção de subjetividades* como referência teórico-metodológica. Enfocando o trabalho pedagógico, procuramos abordá-lo como processo, cujo produto não se confunde com mera profissionalização, remetendo-nos à subjetividade do profissional, modelada pelas relações saber-poder, atualizadas nos cursos. Investigamos o ocultamento desse aspecto, assim como seus produtos: modelos que, assumidos pelos atores envolvidos, naturalizam relações, perdendo de vista o trabalho como processo.

Palavras-chave: produção de subjetividade, formação de psicólogos, trabalho pedagógico.

Formation of psychologists, curriculum and subjectivity

Summary

This paper proposes to think the formation of psychologists. For this, I analyse the pedagogical work at the level of a politics of subjectivity. It's disclosed through a research that evidences the realization of the curriculum in the classroom. Such research approaches two faculties of Psychology – one public and the other private – of the county of Rio de Janeiro and has as main instrument, the open interview. On focussing the pedagogical work I try to approach as a process, whose product does not confuse with the simple professionalization, sending us to a much more complex material: the subjectivity of the professional "psy" is modeled from the relations knowledge – power that are present in formation courses. I also point to the hiding of this productive aspect of the pedagogical work, which is crystallized in models, assumed by part of the actors involved – students and teachers – that on naturalizing a series of relations ignore the work as a process.

Key-words: production of subjectivity, formation of psychologists, pedagogical work.

Este trabalho se propõe a pensar a formação de psicólogos. Para tanto, analisamos o trabalho pedagógico em seu aspecto produtivo, como *política de subjetividade*, desvendando-o mediante uma pesquisa evidenciadora do processo pelo qual o currículo se realiza em sala de aula. Desenvolvemos um estudo de caso em duas faculdades de Psicologia – uma pública e outra privada – do Município do Rio de Janeiro.

Utilizamos como principal instrumento a entrevista aberta, servindo-nos da categoria *produção de subjetividade* como referência teórico-metodológica.

Acreditamos que os debates que hoje se travam nos meios acadêmicos, nos termos da legislação educacional, priorizem os aspectos técnicos e internos da psicologia, em detrimento de uma visão que enfatize sua inserção numa realidade socioeconômi-

1. Trabalho apresentado no Simpósio "O Cotidiano na Formação de Psicólogos: Currículo, Historiografia e Docência". XXVIII Reunião Anual de Psicologia – SBP – Ribeirão Preto – SP, 1998.

2. Rua Intendente Cunha Menezes, 257 ap. 702 – Rio de Janeiro – CEP 20720-060.

E-mail: tcatharino@openlink.com.br

ca concreta. Neste sentido, falar de uma formação valorizada positivamente geralmente equivale a pensar num técnico munido de um instrumental teórico-científico, apto a colocá-lo em prática nas situações definidas de forma abstrata como o *campo de trabalho do psicólogo*.

Esse modo dominante de pensar a psicologia se caracteriza pela presença de uma perspectiva *psicologicista*, que se inscreve nas práticas definidoras da efetivação dos currículos em sala de aula. Calçada numa visão de homem como interioridade, desprezam-se as abordagens que o situam como sujeito coletivo. Enfatiza-se uma visão patologizante, que se reflete na adoção de um modelo clínico, hegemônico na atuação profissional. Porém além deste modelo clínico, vários outros são continuamente produzidos, encontrando-se a psicologia fragmentada em vários *especialismos* que, acreditamos, expressem a divisão do trabalho em nossa sociedade.

Devemos esclarecer que, ao proceder a análise curricular, o fizemos a partir de uma concepção de currículo que o entende como processo. Existem duas formas de se pensar um currículo: a primeira – a *concepção tradicional* – irá se preocupar com questões técnicas de seleção e organização, onde o que importa é a perspectiva estrutural, é a grade curricular. A ênfase recai sobre os conteúdos, sua seleção e distribuição em agrupamentos que caracterizam diferentes áreas do conhecimento, a relação entre essas áreas etc. Conta aqui a dinâmica cognitiva do sujeito, que irá determinar critérios de ordem, hierarquia e encadeamentos que se fazem presentes na formulação e construção curricular.

A outra concepção é representada pelas chamadas *teorias críticas*. Estas assumem o princípio de que nenhum saber é neutro e que toda produção de conhecimentos se dá a partir de um contexto histórico-social concreto. Irão, portanto, se preocupar com os processos através dos quais os currículos irão expressar toda uma dinâmica de produção e reprodução social. Distanciando-se dos modelos estruturais, essas teorias irão apreender o currículo em um movimento que aponta para as diferenças entre seus aspectos *explícitos* e *ocultos*. Estes últimos revelam um papel sociali-

zador: dizem respeito às experiências que são vividas, mas que não se encontram registradas em nenhuma grade curricular. São práticas que nos remetem a relações de saber – poder e a aspectos (re)produtivos do contexto social onde o currículo se inscreve. Assim, vai se afirmando o *currículo real* – aquilo que efetivamente ocorre em sala de aula – cuja materialidade é expressão desta dinâmica, deste processo e deste movimento.

Neste trabalho, pretendemos evidenciar, prioritariamente, os aspectos ocultos dos currículos por nós estudados. Interessaram-nos, fundamentalmente, as *lições* que são transmitidas através das experiências que são vividas ao longo do curso e o que elas efetivamente ensinam. Dito de outra forma: “Que profissional é esse que o curso quer formar?” e “Por quê?” Ou seja, interessou-nos entender de que forma o trabalho pedagógico realizado no interior dos cursos de psicologia produz – para além da simples profissionalização – uma certa subjetividade, indispensável ao exercício profissional.

O especialista, o risco da virtualidade e a armadilha do poder

“Em ‘O Psicanalismo’, Castel afirma um truísmo: ‘A Psicologia psicologiza’. Sabemos disso: produz-se o perito psicólogo, assim como se produz o indivíduo da vida íntima”. (Castel, conforme citado Conde e Souza, 1987, p. 32)

Se investigo a maneira pela qual são formados os psicólogos, esse fato se deve a que acredito que tal formação obedece à mesma lógica e faz parte do mesmo processo que instaura o seu objeto. Estamos falando de *produção de subjetividade*. Acredito que, mais que selecionar, segregar, quer seja na escola, na indústria ou em outro local, sua ação e seu discurso articulam-se com o processo de subjetivação capitalística que, segundo Guattari (1987), não é explicável pelo conceito de ideologia pois que, em sua ação de *modelar*, ultrapassa a esfera da representação.

Guattari (1987) aponta para o fato de que o trabalhador social, dentre eles o psicólogo, atua na produção de subjetividade, e vê neste fato algo inevitável, dado que tal produção é compartilhada pelo todo social. Para ele, os trabalhadores sociais, em especial os que ocupam um lugar no ensino das ciências sociais e psicológicas, se encontram em meio a uma encruzilhada política e micropolítica. Isso porque, ou podem agir no sentido de pôr em funcionamento processos de singularização – através dos quais os sujeitos se reapropriam dos componentes de subjetividade – ou, ao contrário, reproduzem os modelos que não nos permitem criar saídas para tais processos.

No entender deste autor, assistimos a uma apropriação da produção de subjetividade nas sociedades capitalísticas. Há uma tentativa da eliminação dos processos de singularização, o que se dá pela conversão do novo, da surpresa, do desvio em algo classificável, com referência conhecida.

"A ordem capitalística produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes [...] ela fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo. Aceitamos tudo isso porque partimos do pressuposto de que esta é a ordem do mundo, ordem que não pode ser tocada sem que se comprometa a idéia de vida social." (Guattari e Rolnik, 1986, p.42)

Lembremos, no entanto, que este não é um movimento linear e que estas tentativas de eliminação dos processos de singularizarão esbarram em pontos de ruptura, em focos de resistência política extremamente importantes. É, pois, no bojo dessas resistências, dessas revoluções moleculares, que se encontram discursos e práticas de alguns psicólogos, que apesar de terem passado pelo mesmo processo de formação, não se deixaram capturar pelo processo de subjetivação hegemônico. Ao contrário, construíram territórios singulares e aceitam o desafio de indagar, desnaturalizando instituições sagradas como a psicologia, sua formação, a psicanálise e o indivíduo da vida íntima.

Em nosso meio, o trabalho de Coimbra (1992) nos mostrará como a demanda *psi* – que atinge seu *boom* na década de 1970 – é naturalizada, enco-

brindo, portanto, sua produção histórica. Aponta ainda para o processo de psicologização da realidade social e para o aumento de consumo das práticas oferecidas pelos profissionais *psi*, situando o início deste quadro na década de 1960.

Uma primeira questão merece ser aqui colocada: a lei que regulamenta a profissão de psicólogos data de 1962. Apesar de já haver anteriormente a tal regulamentação, a ação dos *práticos psicologistas*, a preocupação com um curso próprio, de nível universitário, surge exatamente no contexto abordado pela autora. Mas, apesar de toda uma proliferação de cursos (principalmente de caráter privado) que se segue à regulamentação da profissão, é uma parcela ínfima da população que irá consumir, de maneira direta, os seus serviços. Sabemos o quanto a psicologia se esforçou e se esforça, ainda hoje, para colocar seus especialistas dentro das indústrias, empresas e escolas. No entanto, as estatísticas insistem em mostrar o quanto essas áreas são "deficientes" quanto à ação deste profissional. Tomemos como exemplo a psicologia clínica (área que representa o maior percentual estatístico em termos de mercado de trabalho): quem, dentro da população brasileira, tem condições de arcar com os custos de tal serviço, que se dá predominantemente nos moldes de consultório particular? Se a psicologia clínica é a grande opção entre os profissionais que se formam, tal fato não garante que seus serviços serão consumidos pela grande maioria da população brasileira.

Cito apenas as três áreas instituídas, e já aqui posso afirmar que, se a psicologia se faz presente de forma cada vez mais intensa na sociedade brasileira, o consumo de seus serviços não é a medida através da qual entenderemos a eficácia de tal presença. Acredito que devemos sim buscar a causa da necessidade de se formar profissionais *psi*, na psicologização da sociedade, da família e dos indivíduos; no esvaziamento do sentido político do mundo, das relações e do homem; na forma cética e pejorativa com que se trata o domínio do público e na fetichização do *reino da privacidade*; questões essas todas muito bem abordadas por Coimbra (1992). Para essa autora, o casamento da psicologia com a psicanálise e o forta-

lecimento desta última, através de sua presença na mídia, é determinante de modos de subjetivação que expressam micro-poderes que se dispersam em diferentes partes do corpo social.

"Diferentes setores da vida social brasileira sofrem esses efeitos: são psicologizados. [...] Absorve-se o 'modo' psicanalítico de compreender os mais variados fenômenos do cotidiano, através da utilização crescente de palavras, expressões e concepções próprias da psicanálise, onde tudo passa a ser explicado a partir de esquemas interpretativos já dados." (p.142)

Em nosso ponto de vista, não só a mídia difundirá os conhecimentos, as explicações, enfim, toda uma forma de se relacionar com a realidade, definidos pela psicologia. Poderíamos acrescentar sua presença no pensamento pedagógico, ou no pensamento médico, nas pequenas ações do cotidiano, mas acredito que não conseguiríamos esgotar todos os veículos de apropriação e difusão do pensamento *psi*. Mas um destes veículos merece atenção especial: o próprio psicólogo e sua formação. Nada original, não fosse pelo já afirmado fato de que essa divulgação – chamemos assim – do psicologismo como medida de quase todos os aspectos da vida social não se dá pela prestação de seus serviços. Na verdade, independe de sua inserção no mercado de trabalho. Basta que este psicólogo exista, com suas práticas, produzido em uma determinada sociedade, pois é ele quem vai legitimar a existência de um lugar dentro da academia dedicado à produção do pensamento *psi*, bem como uma demanda dentro da sociedade, que vai exigir constantemente suas práticas, seus discursos, enfim, a mediação da realidade que é realizada através de sua *presença invisível*. É desta forma que eu situo a questão do especialista: aquele que possui a verdade última, o conhecimento total que esgota todas as possibilidades do objeto. Chauí (1990) o define com a seguinte fórmula: "não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância" (p.6).

Se o problema que se coloca é a relação mãe e filho, o especialista terá um discurso articulado, uma

compreensão baseada em modelos de criança e de adulto "cientificamente" elaborados e o resultado desse encontro se definirá por regras, conselhos e prescrições que, no entanto, não serão assumidas como tais, dado que o livre arbítrio do objeto – paciente tem que ser respeitado. Não mais a mãe entenderá da criação de filhos; existirá um profissional competente formado para este fim. Só que essa mãe provavelmente nunca viu um psicólogo, e o psicólogo dessa história até gostaria de estar com aquela mãe, adoraria "ajudá-la", mas o mercado de trabalho não deixa. Mas não precisa, afinal isso não é o fundamental. O importante é a mãe saber que existe esse especialista; e o psicólogo saber que além dele, e entre estas e o seu paciente, existe um longo caminho hierarquizado. Ao psicólogo só cabe desejar se aproximar o máximo possível do pólo especialização.

A formação como rito de passagem: o ingresso na norma como condição da profissionalização

"De repente eu chego em casa e me pergunto: 'o que eu fui fazer na Faculdade hoje? Porque, às vezes, é para ler um texto para debate, mas debate improdutivo: você fala uma coisa e não tem retorno. Um negócio tão chato, um debate assim – chego em casa: 'o que eu fiz hoje?' Poderia ter ficado em casa que eu tinha lido alguma coisa, teria produzido bem mais.'" (aluna do 5º período – Faculdade pública)

A aluna se engana ao entender a Formação apenas como assimilação do conteúdo programático; ao estar presa ao currículo explícito, com a expectativa de ser instrumentalizada; ao ocupar o papel de aluno, daquele que será preenchido com conhecimento, competência e eficiência – ingredientes indispensáveis na receita do "bom profissional". O que a aluna não percebe é que a Formação que de fato ocorre se dá em outros níveis, níveis estes que, para além da simples instrumentalização e da profissionalização, requerem corpos dóceis e ações planejadas, de tal sorte que imprevisto e virtualidades sejam riscos

afastados. Mas como afastar não é sinônimo de eliminar, a Formação de Psicólogos – vista por muitos como uma viagem – irá levar alguns a alcançar lugares nunca antes navegados, descortinando o absurdo e o inusitado. Pode-se, então, vislumbrar linhas de fuga, recusas em se formar nos padrões dominantes – o psicólogo exemplar. Muitos agenciamentos poderão ocorrer, dispositivos bélicos (Baptista, 1987) poderão surgir em cena: agenciamentos que têm um sentido ativo e que fazem funcionar; dispositivos cujo “itinerário é o ataque, o que leva adiante e o que destrói para prosseguir” (p. 11). E, mesmo que este sempre presente o risco de uma nova institucionalização, o gosto agridoce da peste terá sido provado, e uma vez provado, será difícil ignorá-lo, pois que a peste se constrói a partir da rebeldia, revelando-se contrária às harmonias plácidas e aos equilíbrios paralisantes. A peste não tem território, e por isso pode ir e voltar de forma nômade (Baptista, 1987).

“Eu queria pensar aqui o que aconteceu com o curso de Psicologia [...] Seria bom você ver se em toda a Faculdade, se é um problema da Faculdade [...] ou se é dentro da Psicologia, que ela tá lá mostrando o sujeito doente que vai se tratar ... pra depois ser alguém. Tratar é entrar pra lá, né?” (aluna do 10º período – Faculdade particular)

A aluna possui a dúvida. Ela questiona a sua Formação e articula uma fala que a remete à possibilidade de ter adentrado em uma “fábrica de interiores” (Baptista, 1987), que trata do aluno, fazendo-o se sentir doente para, depois, brindá-lo com a saúde, com o conhecimento, com o modelo.

Vejamos o que nos conta uma outra aluna, também do 10º período:

“Pois é, eu acho que já tô muito mais fora do que dentro, então essas questões [referindo-se à sua formação] não tão me preocupando tanto.” (aluna do 10º período – Faculdade pública)

Aquino (1990) irá nos mostrar que nesse estágio do curso, na “última etapa institucional”, a ambivalência em relação à instituição estará presente de forma que, ao mesmo tempo em que se deseja partir,

se deseja permanecer. No entanto, para além dessa ambivalência, há que se indagar que tipos de partidas e permanências são produzidas. A julgar pelos alunos entrevistados, estar no 10º período não garante que o mesmo esteja engajado na construção de territórios singulares, ou que sua fala expresse uma bem-sucedida modelização. Vários atravessamentos se dão, vários dispositivos são postos em funcionamento, de tal sorte que é impossível afirmar *a priori* quem se produzirá de uma forma ou de outra.

“Eu acho que eles têm o poder. Acho que desde o 1º período eu sinto eles lá, sabe? Essa frieza, com essa indiferença, dono do saber [...] Eu tenho o conhecimento e você é o objeto. Então eu acho que já entra, desde o 1º período, já monta o programa com aquela dureza, sabe? Você é o leigo, você é o neurótico, eu tenho saúde.” (aluna do 10º período – Faculdade particular)

Foucault (1974) nos mostra – ao realizar um estudo sobre as formas de penalidade – que a partir do século XIX haverá um deslocamento de objetivos, de tal maneira que o importante deixa de ser a correção das infrações para surgir em primeiro plano um tipo de controle – expressão de uma sociedade disciplinar – que visa os corpos, o tempo e o espaço. Aqui, a correção daquilo que o indivíduo fez cede lugar àquilo que ele poderá vir a fazer, surgindo um tipo de controle que irá dar conta do risco da virtualidade. Assim, tal controle dos indivíduos não é mais privativo da justiça, mas de outras instituições como o hospital, o asilo, a polícia e... a escola!

Chamadas pelo autor de “instituições de seqüestro”, realizam uma verdadeira “ortopedia social”. Surge, pois, um novo tipo de saber:

“Um saber de vigilância, de exame, organizado em torno da norma, pelo controle dos indivíduos ao longo de sua existência. Essa é a base do poder, a forma de saber-poder que vai dar lugar não às grandes ciências de observação, como no caso do inquérito, mas ao que chamamos de ciências humanas: Psiquiatria, Psicologia, Sociologia etc.” (Foucault, 1974, p. 70).

Característica de tal sociedade, o panoptismo – alusão a um tipo de construção arquitetônica, o *panopticon* – implica vigilância, controle e correção. Constitui-se, pois, uma constante da sociedade moderna industrial capitalista, penetrando o cotidiano, na trama das relações sociais.

No que se refere às instituições de seqüestro, Foucault (1974) deixa claro que a finalidade de tais instituições não mais será a exclusão dos indivíduos, mas sim sua inclusão e normalização. Ao rastrear as formas do poder, e suas manifestações na sociedade disciplinar, nos falará de um poder epistemológico. “Poder de extrair dos indivíduos um saber e extrair um saber sobre estes indivíduos submetidos ao olhar e já controlados por estes diferentes poderes.” (p. 97). Tal poder epistemológico abarca tanto um saber tecnológico, como um saber de observação. O primeiro diz respeito ao saber que é extraído das práticas dos operários, por exemplo, e que será traduzido em poder que será exercido sobre eles, através da vigilância. Já o segundo refere-se a um saber de forma clínica, próprio da Psiquiatria, da Psicologia etc., e que se baseia na observação, na classificação, na análise e comparação do comportamento dos indivíduos, ou seja, saber que diz respeito à norma entendida aqui como parâmetro, tanto daquilo que se espera, quanto daquilo que deva ser evitado. Evitar significa controlar através da inclusão. Inclusão em categorias que obedeçam a uma classificação prévia e que, indo do normal ao anormal, da saúde à doença, realize um mapeamento de todas as possibilidades, de maneira a não deixar espaço para o acaso, para o imprevisto, para a virtualidade.

“Você é o leigo, o neurótico; eu tenho saúde” diz a aluna, numa alusão à mensagem que deveria estar oculta no currículo. Este é o seu estigma, essa é a sua classificação, ao ingressar na Faculdade. A ela, aluna, só lhe restaria ingressar na norma, encontrando lugar ao lado do bem, tornando-se saudável. Só assim estaria apta para identificar o seu outro – o paciente, o objeto, a doença. Sobre este, exerceria, então, todo o seu saber-

poder. Saber-poder esse, cuja conquista se daria em nome da renúncia: renúncia da possibilidade de construção de territórios singulares, de efetivar novos agenciamentos, de representar o tão temido risco da virtualidade. Para conquistar o poder de classificar – e tratar, é necessário antes se submeter à classificação. Nada pode escapar, os territórios devem estar impecavelmente demarcados. Neles não há lugar para paixões, para o imprevisto, para a vida.

“O ser humano, em si, me fascinava; a doença em si – doença mental, até somática – essa coisa toda.” (aluna do 8º período – Faculdade pública, referindo-se à escolha da Faculdade de Psicologia).

A doença lhe fascinava, antes mesmo de entrar para a Faculdade de Psicologia... Pois que, como vimos, a arte de disciplinar, normalizar, classificar através do discurso e do especialismo *psi*, não se restringe ao espaço acadêmico, nem tampouco aos lugares nos quais os profissionais *psi* intervêm diretamente. Assim, se o culto à norma, ao controle, à saúde e aos modelos se encontra presente no espaço acadêmico, este não se constitui sua origem, nem é o detentor exclusivo de tais produções. Está claro que o curso de Formação, o espaço acadêmico, não é o *locus* do poder. Na verdade, este passa por eles. Imiscuído nas relações cotidianas, os micropoderes passam pela academia fazendo de cada um dos atores do processo pedagógico um seu condutor. Assim, numa artimanha do poder, assistimos a uma “manobra” em que a academia exclui a vida de seus ensinamentos, para classificá-la. Para destituí-la de desejos, de devires, das emoções, caracterizando-a como não-vida, aprisionando-a numa escala que vai da saúde à doença.

“Tem coisas sérias que são feitas; no mundo tão acontecendo que não são referidas, quer dizer, não existe [...] Ninguém parou pra falar no que tá acontecendo com a psiquê do pessoal que vive essa crise do Brasil.” (aluna do 6º período – Faculdade particular)

O vírus da dourorite, a epidemia do especialismo, e o risco da peste

– Aluna: (3º período – Faculdade pública)
 “Algumas pessoas do 10º... Eu faço DGRH que é obrigatória no currículo antigo. O pessoal conversava. Tinha grupos que não, que olhava pra você e até virava... A gente falava que tinham ficado mordidos pelo vírus da dourorite, né?”

– Eu: “Como é que é?”

– Aluna: “O vírus da dourorite. Nunca soube disso?”

– Eu: “Não.”

– Aluna: “Conforme vai passando o tempo, que você vai estudando, vai aprimorando os seus conhecimentos, você começa a achar que tem bastante conhecimentos. Aí um vírus te morde; ele vai se espalhando pelo seu corpo, que é o vírus da dourorite. Você passa a não olhar mais pras pessoas que estão na Faculdade. Aí, depois, esses seus amigos já não valem mais, porque, afinal de contas, você é um psicólogo, você sabe o comportamento humano. Aí esse vírus vai aumentando, esse vírus da dourorite. Até que você não se contenta, vai buscando mais, mais e vai anulando mais as outras pessoas.”

A aluna fala do “vírus da dourorite”: um vírus que corrói, que destrói – ou pelo menos tenta destruir – as pessoas, a experiência vivida e, principalmente, destrói todas essas coisas em seu próprio hospedeiro. Poderíamos chamá-lo de “vírus do especialismo”. Chama-nos a atenção o fato de que aluna recém-ingressa na Formação *psi* o tenha reconhecido e aos seus efeitos, além de tê-lo nomeado. Perfeita a explicação que faz da sua virulência, da forma como vai adentrando corpos, moldando conhecimentos, gestos e a própria vida. É interessante a maneira como associa o lugar do especialista “afinal de contas você é um psicólogo” – à anulação do outro. Talvez ela só tenha esquecido de dizer que não é só o outro que é anulado, pois que vida, paixões, devires, utopias, virtualidades, imprevistos, quando anulados ou estancados, não podem referir-se só ao outro, mas também àquele que terá tido seu corpo e coração engessados e esculpidos pelo poder que lhe é outorgado e ao qual teve que se submeter, reverenciando a norma.

“Diz a estagiária com o rosto tenso e brilho no olhar que a supervisão de psicoterapia lhe parece uma aula de escultura. No final do seu estágio sentiu o corpo modelado, transformado em gesso, imóvel, tendo os mesmos gestos, cor e estatura de seu supervisor. O sangue transformou-se em pedra. Os pedaços eram lapidados em cada encontro, no momento em que aprendia a interpretar, compreender e respeitar o paciente. Vivía uma intensa aula de humanismo plástico. As intervenções que lhe pareciam sair do território clínico eram jogadas fora como excesso de massa. Na sala de supervisão só a Psicologia podia entrar. outros convidados eram barrados no recinto acadêmico [...] Ela disse também que um dia, conversando com as amigas, achou sua voz rouca, suave e inteligente, igual à do supervisor, intrigante e promissora coincidência.” (Baptista, 1987, p. 49).

O “vírus da dourorite” é uma produção sem autor. Produção à qual aqueles que não inventam linhas de fuga se vêem capturados, podendo até reivindicar uma parcela na sua autoria. É um vírus mutante, por isso é difícil dizimá-lo. É um vírus que, paradoxalmente, aloca aquele que foi por ele contaminado, não no lugar da doença, mas sim no lugar da saúde. “Você é o leigo, o neurótico; eu tenho saúde.” “Eu sou o psicólogo, quem sabe do comportamento humano”. Porém, tal saber diz respeito a um comportamento modelado, classificado. Quanto ao psicólogo, “mordido” que foi pela “dourorite”, terá que ter para si e em si tal comportamento “saúdável” que pretenderá impingir ao outro – seu objeto, seu paciente, seu doente. Mas ele não falará jamais em impingir e sim em ...ajudar! Grande façanha do trabalho pedagógico realizado no curso de Formação de Psicólogos: a produção de subjetividades, mas uma subjetividade cujas angulações revelam, de forma dominante, o modelo, a norma e a saúde.

Mas, como identificar o que é saúde e o que é doença? Vimos que um dos critérios diz respeito ao conhecimento que se possui: “Você é o leigo, o neurótico; eu tenho saúde”. Na verdade os critérios definidores do binômio saúde-doença são moralizantes, apriorísticos, e segundo Fuganti (1991), platônicos. Mostra-nos o autor que a filosofia de

Platão é a filosofia dos modelos. Com a separação dos mundos em material e ideal, seu método nos remeterá às dicotomias do puro-impuro, do autêntico-inautêntico, do modelo-simulacro. Neste raciocínio, a verdade é vista como eterna, atemporal.

A divisão que antes recaía sobre objetos de planos distintos (modelo-cópia, por exemplo) cede lugar a um pensamento ontológico, onde o que passa a importar será o princípio da identidade. A este será acrescido o princípio de semelhança.

“É pelo grau de semelhança que se determina a ordem e o valor dos seres, sua hierarquia, seu lugar no cosmos. Se nosso mundo terreno é do domínio da matéria ou das imagens, tais imagens, para serem reguladas ou codificadas, devem submeter-se, por imitação ou semelhança, à ação da Idéia, devem tornar-se cópias dos modelos, devem possuir um desejo de verdade, um verdadeiro amor.” (Fuganti, 1991, p. 35).

Assim, as imagens, associadas ao devir, deverão curvar-se aos modelos, com o objetivo de evitar a degradação universal. Modelos que existem em si mesmos e que estão fora de nós. Modelos que excluem o desejo e o remete a um plano supraceléstico, bem longe da vida e dos homens.

Fuganti (1991) nos mostra, ainda, os efeitos do pensamento aristotélico, construído sobre as bases platônicas:

“A partir daí, o homem contrairá o hábito de sobrevoar e julgar o corpo, ao invés de habitá-lo e vivê-lo. A perseguição ao corpo e à vida, que no início fundava-se numa decisão apenas moral, ganhará justificação racional e metafísica.” (p. 36).

O mesmo autor continua, aprofundando esta idéia:

“O modelo é, eis a única *realidade*, mas a vida *devém*, eis toda ilusão. Então o que se deve aniquilar, recalcar, ou, no melhor dos casos, regular e subjugar constantemente é o desejo das multiplicidades e diferenças do mundo, pois a vida nele é imperfeita.” (p. 37).

Interessa-nos, particularmente, o rastreamento que este autor faz desde a obra platônica, para nos mostrar o quanto a sociedade ocidental está impregnada de um pensamento, de uma forma de ver e estar no mundo, que cultua os modelos. Tal fato não é fortuito: uma vez que estes nos remetem ao Bem, ao Belo, ao Verdadeiro, aprisiona desejos e a própria vida, que são tidos como grandes perigos, virtuais geradores de uma desintegração do universo. Visão apriorística, moralista, que odeia e rejeita tudo o que possa representar o movimento, a transformação e o devir; que aprisiona o desejo para transmutá-lo em racionalidades paralisantes e metafísicas, expressões da idéia de Razão. Razão moralizante, e que (grande paradoxo!) ao pretender nos brindar com a saúde, o faz através de

“uma máquina que nos parece cada vez mais doente e moribunda. Pior do que isso, uma máquina que fabrica doença e que [...] dela se alimenta [...]. Uma máquina de morte.” (p. 41).

Assim, partindo do vírus da doutorite, chegamos à epidemia do especialismo. Uma epidemia que se alastra por todo o tecido social e que, ao criar a doença, promete curar, anulando a “peste” (Baptista, 1987) – antítese da epidemia. Tal é o quadro encontrado – expressão do trabalho pedagógico – no interior da Formação de Psicólogos: o vírus lá se encontra. Há os que sucumbem, outros que dele escapam e ainda aqueles que, mesmo “mordidos”, se alimentam de seu veneno e ainda assim evocam a peste.

Território da Razão, da Verdade, da Ciência, nele o ato de afirmar a saúde, de proferir discursos *psi* ascepticamente articulados, de dominar a arte da classificação – e do controle, não garante a ninguém a posse do verdadeiro saber. Este encontra-se no mundo das idéias. Temos, pois, que nos contentar com a cópia, com o modelo, tão almejados e fundamentais na formação do “bom profissional”. Não parece ser à toa que o discurso do aluno de Psicologia é o discurso da insuficiência (Aquino, 1990). Eu diria, o discurso da falta, ou ainda, o discurso da “boa imagem”. Entende-se, ainda, a razão da ânsia pelo modelo. E

mais: talvez o engajamento frenético no culto ao especialismo, que ocorre nas Formações *psi*, seja uma reação, uma forma de compensação da desvalorização social desta profissão.

"Será que é uma seleção pra tirar quem não quer... Porque a impressão que me dá é a seguinte: só fica aqui quem é poderoso, ou quem tem garra..." (aluna do 10º período – Faculdade particular).

Só fica aqui quem é poderoso... ou quem se dispõe a atingir o poder que o saber psicológico pode lhe dar. O vírus se instala vagarosamente. Como diz a aluna, é aos poucos que ele vai tomando conta do seu corpo. O primeiro sintoma é uma sensação de impotência. É como se fosse uma "prova de fogo", um teste de resistência. Este é o primeiro contato com o fracasso, muitas vezes acompanhado da idéia de que escolheu errado.

"Porque a gente não faz muita matéria antes do 6º período de Psicologia mesmo." (aluna do 9º período – Faculdade particular)

"Puxa, é isso que é psicologia? Não querol Não é isso que eu quero. Eu pensei que fosse totalmente diferente. Você só vai pegar alguma coisa no 6º período, então muita gente se cansa." (aluna do 8º período – Faculdade particular)

Um outro movimento mostra a impressão (justificado pela própria realização do currículo) de que a dissociação teoria e prática é a responsável pelo desconforto experimentado. Fica, no entanto, a esperança de que tal lacuna seja suprida pelo estágio; uma fugaz ilusão ...

"Ela [referindo-se à supervisora] nunca chegou para mim e falou assim: 'você não pode usar esse parâmetro. Você não pode usar essa compreensão'. Mas, ao mesmo tempo, ela dizia pra mim: 'Você tá com certeza demais.' [...] Então me tolhiu. Gente, hoje eu entro pra atender com uma insegurança muito grande, porque aquele modo que eu tô tentando atender não traz uma identificação comigo. Não sou eu." (aluna do 10º período – Faculdade particular)

Por fim, a idéia de que a Formação terá que se completar em outros cursos, que este foi apenas o espaço da informação.

"A impressão que eu tenho é que o curso de Psicologia, ele não forma psicólogos, ele forma pessoas interessadas em estudar Psicologia. Ele dá o mínimo pra você poder começar." (aluna do 10º período – Faculdade pública)

É claro que este é um panorama sucinto e abreviado dos movimentos que ocorrem no interior da Formação *psi*. O que queremos evidenciar, no entanto, diz respeito a uma sensação de impotência e incapacidade, que é produzida desde o ingresso na Faculdade e que se perpetua ao longo do processo. Mas ao fim do curso, há uma diferença: a certeza de que, se não houve a conquista do verdadeiro saber, a culpa pode ser do aluno, da Faculdade, do currículo, não importa. O que interessa é que ele – o verdadeiro saber – existe. E se a sua posse ainda não foi garantida, sempre haverá um modelo – imagem do verdadeiro saber. Este conferido pelas técnicas e teorias – imiscuídas com muita modelização de subjetividades – fará de cada candidato em potencial um doutor psicólogo. Agora sim: o céu é o limite! Mas, como este nunca será atingido, o apego aos modelos e ao lugar de especialista será a meta. Perpetua-se, pois, um discurso circular, o discurso da falta.

"Tipo o ratinho, entendeu? Num período você coloca lá o ratinho e ensina não sei quê ao ratinho e aí, no 2º período, ele já tá maiorzinho; você vai dar outro ensinamento ao ratinho ..." (aluna do 8º período – Faculdade particular)

"Eu acho que a noção que as pessoas têm, de um modo geral, é de começar a Faculdade aprendendo a lidar com a mente das pessoas, aprendendo a manipular a mente das pessoas. Só que, pra você chegar até aí, tem que passar por muita coisa antes, entendeu? Tem que aprender a lidar com a sua; você tem que ter embasamento teórico de muita coisa [...] E o que eu também sei, das pessoas que fazem Psicologia, é que todo mundo chega a um ponto da Faculdade querendo largar, revoltado, discordando de tudo, revoltado com certas coisas ... Eu acho que a gente vai passar por isso também, mas por eu já saber como é que as

coisas se passam assim ... dá pra passar por essa fase, vai passar e continuar ..." (aluna do 3º período – Faculdade particular)

Ensaaiando uma conclusão

As análises que discutem a Formação de Psicólogos geralmente tomam o seu produto como um *agente* da Psicologia, um agente do Poder. Se o pensarmos como agente, chegamos à conclusão de que não faria o mínimo sentido tal investimento, dado que sua intervenção, através de sua presença concreta, seria mínima. Daí eu proponho que comecemos a pensá-lo como *condutor* do poder: aquele por quem o poder apenas passa, sem se fixar. O poder passa quando, de dentro da academia, ele será modelado a partir de uma subjetividade hegemônica; o poder também passa e se presentifica na relação – que aqueles poucos que irão exercer a profissão – estabelecerão com seus pacientes-objeto. Porém, ele passa e se presentifica de forma mais plena quando o discurso *psi* (o discurso do especialismo) aparentemente desce de seu mundo extraterreno – para tornar-se o discurso de alguém que o profere. Com este – o condutor do poder – identificamo-nos, o idolatramos ou o rechaçamos. É o especialista que representa o saber-poder, e não importa que tenhamos acesso a ele, ou não. Bem sei que o saber-poder *psi* não passa apenas pelo especialista. A mídia está aí para comprová-lo. Porém, como a mídia (para tomar esse exemplo) se relaciona com o discurso *psi*? Ou, se quisermos, podemos pensar a Psicologia Educacional. Nem a mídia, nem o professor se referem aos preceitos da Psicologia de forma vaga, incorpórea. Referem-se, sim, aos discursos e às práticas do *psicólogo*; referem-se, pois, ao seu autor/ator. Esse autor/ator pode ser um personagem *invisível*, porém não é abstrato: ele possui uma forma de falar, de agir, de sentir, de desejar e de se relacionar com seu interlocutor. Quando afirmo a presença invisível do psicólogo, estou me referindo à produção e à produtividade de um discurso, que para funcionar como tal, deve estar indissociado daquele que o profere, não ao

seu locutor concreto, mas ao *modelo* de locutor, ou seja, o especialista. Assim, toda a subjetividade que é modelada no interior da formação de Psicólogos produz ao mesmo tempo em que é produzida pelo modelo do especialista – detentor legítimo (mesmo que invisível) do especialismo *psi*.

Várias são as estratégias acionadas neste processo. Procurei neste trabalho apontar para algumas, aquelas que se tornaram visíveis para mim, nesta busca. Como nos alerta Vilela (1996), apesar de haver uma produção, que de algum tempo para cá vem se preocupando com a formação de psicólogos, esta não vem sendo apropriada pela Universidade, que a ignora através de um “desconhecimento ativo”. “Não se conhece e não se procura conhecer, como se a imagem de si neles apresentada ferisse tão profundamente nosso ideal de ego que a melhor solução fosse ignorá-la.” (p. 2).

Muito ainda há que ser feito e construído por todos nós – trabalhadores sociais – que não se conformam em simplesmente consumir uma subjetividade já dada. Está em tempo de pensarmos uma nova Psicologia, que não se funde com especialismos e que esteja a serviço do homem, para podermos construir juntos uma nova realidade. Foi essa a intenção que nos levou a escrever sobre a nossa formação. Esperamos poder contribuir – não para solucionar – mas para pensar com aqueles – *psi* ou não – que estejam engajados na construção dessa nova possibilidade de fazer – e não apenas consumir – a Psicologia.

Referências bibliográficas

- Aquino, J. R. G. (1990). *Os Discursos da Formação do Psicólogo: um estudo das representações institucionais*. São Paulo: Dissertação (Mestrado) Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Baptista, L. A. S. (1987). *Algumas Histórias sobre a Fábrica de Interiores*. Tese de Doutorado Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Chauí, M. de S. (1990). *Cultura e Democracia – o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez.

- Coimbra, C. M. B. (1992). *Gerentes da Ordem: algumas práticas psi nos anos 70 no Brasil*. Tese de Doutorado Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Conde, H. S. e Souza, V. L. B. (1987). A Análise Institucional e a Profissionalização do Psicólogo. Em: O. Saidon e V. Kamkhagi (orgs.). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, pp. 17-36.
- Foucault, M. (1974). A Verdade e as Formas Jurídicas. *Cadernos da PUC/RJ - Série Letras e Artes*, 16, 5-102.
- Fungati, L. A. (1991). Saúde, desejo e pensamento. Em, Antônio Lancetti (org.). *Saúde e Loucura*. São Paulo: Editora Hucitec Ltda., cap 3.
- Guattari, F. (1987). *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense.
- Guattari, F. e Rolnik, S. (1986). *Micropolítica, cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.
- Vilela, A. M. J. (1996). *Formar-se Psicólogo: como ser "livre como um pássaro"*. Tese de Doutorado Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.